

Unijorge

Curso: Direito

Disciplina: Institutos e Fundamentos da Falência e Recuperação

Professor: Luis Carlos Laureço

Exercício

CASO CONCRETO 01

O Juiz de Direito da 3ª Vara de Crucilândia/MG suscitou um conflito positivo de competência com a Vara do Trabalho de Bonfim/MG. Alegou que deferiu o processamento da recuperação judicial da Matuzinhos - Indústria e Comércio de Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda, determinando a suspensão de todas as ações e execuções, bem como dos respectivos prazos prescricionais. Ainda assim, a Juíza do Trabalho de Bonfim/MG, nos autos de ação cautelar proposta pelo Ministério Público do Trabalho, deferiu parcialmente liminar que determinou a indisponibilidade dos bens móveis e imóveis encontrados em nome da empresa e de seus sócios, de modo a assegurar o pagamento das verbas rescisórias dos trabalhadores dispensados. O Juízo Comum Estadual suscitou, então, o conflito de competência, consignando que “a determinação sobre a indisponibilidade dos bens da recuperanda, pode inviabilizar a realização do plano de recuperação”. Quem está certo? Fundamente.

CASO CONCRETO 02

O Juízo da 10ª Vara do Trabalho de Fortaleza/CE suscitou conflito de competência positivo com o Juízo de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Fortaleza/CE em autos de reclamação trabalhista ajuizada por Jovelino Jovem Juvenil contra Riachinho Parque Temático Ltda. Insurge-se o suscitante contra a comunicação feita pelo Juízo Cível ao Juízo do Trabalho, informando ter sido deferida a recuperação judicial da reclamada e solicitando fossem os bens até então constrictos colocados à disposição daquele juízo onde processa-se a recuperação. Sustenta o Juiz do Trabalho que os créditos de natureza trabalhista, ainda que habilitados no procedimento recuperatório, devem ser, de logo, executados, fora do plano de recuperação da empresa, ou seja, continuam as ações trabalhistas os seus trâmites normais; invoca o § 5º do art. 6º da Lei nº 11.101/2005. Quem está certo? Fundamente.

CASO CONCRETO 3

O Juiz da 2ª Vara do Trabalho de Barreiras/BA suscitou conflito negativo de competência com o Juízo da Vara de Direito Empresarial de Barreiras/BA. Os fatos são os seguintes: em face do pedido de recuperação judicial de Agropecuária Cerceau Hindi Ltda, o trabalhador Jovelino Jovem Juvenil distribuiu pedido de reserva de valores para a Vara de Direito Empresarial, alegando ter sido empregado de Agropecuária Cerceau Hindi Ltda, empresa que lhe deveria R\$ 32.465,28, cuja reserva requereu. O juiz declinou da competência para a Justiça do Trabalho, alegando que, no caso de créditos ilíquidos, a competência para julgamento do pedido de reserva é da Justiça Especializada. O juízo da 2ª Vara do Trabalho de Barreiras/BA, a seu turno, diz que a habilitação do crédito deve ser julgada pelo juízo da falência, na forma da Lei 11.101/05. Quem está certo? Fundamente.

CASO CONCRETO 4

Hotel La Fleur D'Or Ltda suscitou conflito de competência visando o reconhecimento da competência do Juízo de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Palmas/TO, na qual tramita o processo em que se busca a recuperação judicial de

Viação Errante S/A, em detrimento de diversos Juízos Trabalhistas (suscitados). Afirma o suscitante, em síntese, que o plano de recuperação judicial da Viação Errante S/A foi aprovado pela assembleia geral de credores e homologado pelo Juízo da Vara de Falências e Recuperações Judiciais, estando em fase de execução, circunstância que foi levada ao conhecimento dos Tribunais Regionais do Trabalho por meio de ofícios encaminhados logo após a prolação da decisão concessiva da recuperação. Apesar disso, diversos juízos trabalhistas determinaram o prosseguimento das execuções em curso, com base no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/05, sendo determinada a realização de atos expropriatórios, dentre os quais a penhora do faturamento do suscitante, empresa pertencente ao mesmo grupo econômico da recuperanda. Nesse contexto, entende o suscitante restar configurado o conflito positivo de competência, esclarecendo que o prosseguimento das execuções trabalhistas individuais põe em risco o plano de recuperação judicial, causando prejuízos a todas as classes de credores, além de romper o princípio da isonomia, corolário do processo de recuperação. Isso porque, satisfeito o crédito por um terceiro, alterado estará o quadro de credores, sem falar que, na qualidade de sub-rogada, a suscitante passará a participar do plano sem sequer tê-lo aprovado. Argumentou, ainda, que com a homologação do plano opera-se a novação dos créditos, razão pela qual sequer subsistem as obrigações exequendas. Assevera, de outra parte, que a edição da Lei 11.101/05 acaba por ser inócua diante do procedimento adotado pelos juízos trabalhistas, determinando a desconsideração da personalidade jurídica da empresa em recuperação, de modo a eleger devedores solidários. Avalia que tal determinação implica, ainda, no prejuízo de várias empresas em função do débito de apenas uma. Quem está certo? Fundamente.

CASO CONCRETO 5

O Juízo da Vara Federal de Juazeiro do Norte (CE) suscitou conflito de competência contra o Juízo da Vara Empresarial do Crato (CE), alegando que lhe fora distribuída uma ação de cobrança ajuizada pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura da Caatinga (INFRACAA) contra Ferreirinha Transportes Animais Ltda, visando receber a quantia de R\$ 22.560,91, a título de descumprimento de contratos de concessão de uso de área. O suscitante alega não ser competente para a demanda porque a ré teve deferido pedido de recuperação judicial, sendo que, na recuperação judicial, estabelece-se um juízo universal, ficando todo e qualquer valor sujeito ao plano aprovado. O suscitado, por sua vez, afirma que o crédito não é líquido, não sendo atraído pelo juízo universal da recuperação. O parecer do Ministério Público foi esse: “se a recuperação judicial já foi concedida na forma do art. 58, da Nova Lei de Falências, o crédito a ela submetido deverá ser pago na forma do plano de recuperação aprovado, em obediência ao princípio da continuidade da empresa.” Quem está certo? Fundamente.

CASO CONCRETO 6

INDÚSTRIA DE DOCES MANACAPURU LTDA. suscitou conflito positivo de competência entre o Juízo de Direito da Vara Cível de Manacapuru (AM) e o Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Manaus (AM) porque, não obstante a empresa tenha obtido o deferimento de pedido de recuperação judicial, o Juízo Laboral deu continuidade à prática de atos de execução. Em suas informações, o titular da 4ª Vara do Trabalho de Manaus (AM) afirmou que efetivamente tramitou em seu juízo uma reclamação trabalhista, ajuizada por MARIA DA CONCEIÇÃO E DO PERPÉTUO SOCORRO contra INDÚSTRIA DE DOCES MANACAPURU LTDA, na qual as partes firmaram acordo cujo principal foi pago antes do aforamento do pedido recuperatório. Permaneceu em aberto, porém, o pagamento de contribuições previdenciárias no valor

de R\$1.740,00, razão pela qual o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS deu início à execução do seu crédito, via Justiça do Trabalho, culminando na penhora de parte ideal de bem imóvel da suscitante, tendo o processamento dos embargos do devedor sido negado, porquanto intempestivos. Quem está certo? Fundamente.